

-----Acta n.º 09-----

-----Aos vinte e oito dias do mês de Março de dois mil, pelas catorze horas e trinta minutos, nesta Cidade e Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu-se extraordinariamente, conforme Edital número quarenta e cinco, barra, dois mil, de vinte e dois de Março, a Câmara Municipal de Torres Vedras, sob a presidência do Sr. Dr. Jacinto António Franco Leandro, estando presentes os Vereadores Srs.:-----

-----António Maria da Silva Ferreira Nunes.-----

-----Engenheiro João António Pistacchini Calhau.-----

-----Dr. Luís Filipe Natal Marques Santos.-----

-----Joaquim Alberto Caetano Dinis.-----

-----Engenheiro José Francisco Damas Antunes.-----

-----José António do Vale Paulos.-----

-----Dra. Isabel Maria Prior Pinheiro.-----

-----Entrou no decurso da reunião o Sr. Vereador Dr. Jorge Ralha Vieira Leitão.-----

-----A reunião foi secretariada pelo Dr. Acácio Manuel Carvalhal Cunha, Director de Departamento Municipal de Administração Geral e Finanças.-----

-----Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

PRIMEIRA REVISÃO ÀS OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DE DOIS MIL:-----

-----Presentes duas informações da Chefe de Divisão Económico-Financeira, datadas de vinte e cinco do corrente, as quais se transcrevem:-----

“Na sequência da deliberação camarária tomada na reunião de onze de Janeiro do ano em curso, é elaborada a Primeira Revisão ao Plano de Actividades, que se anexa, nos termos do artigo quarto do Decreto-Lei número trezentos e quarenta e um, barra, oitenta e três, de vinte e um de Julho.-----

--Constitui objecto desta revisão a inclusão dos Projectos “Pintura Decorativa” e “Arte de Trabalhar Madeira”, no âmbito de candidaturas ao Programa Escolas-Oficinas, elaboradas ao abrigo da Portaria número quatrocentos e catorze, barra, noventa e seis, de vinte e quatro de Agosto e aprovadas pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, com uma dotação de quarenta e nove mil, setecentos e setenta e oito contos.-----

-----Visando o cumprimento do número um do artigo quarto do diploma antes citado, deverá o assunto ser presente a reunião do Órgão Executivo e, posteriormente, à Assembleia Municipal para aprovação.”-----

-----“Na sequência da deliberação camarária tomada na reunião de onze de Janeiro do ano em curso, é elaborada a presente Revisão ao Orçamento, que se anexa, para ocorrer a despesas inadiáveis e não previstas, em conformidade com o disposto no número um do artigo trinta e um do Decreto-Lei número trezentos e quarenta e um, barra, oitenta e três, de vinte e um de Julho.-----

-----Constitui objecto desta Revisão a criação e reforço de rubricas para inscrição da dotação de quarenta e nove mil, setecentos e setenta e oito contos, respeitante ao financiamento aprovado pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, decorrente das candidaturas elaboradas ao abrigo da Portaria número quatrocentos e catorze, barra, noventa e seis, de vinte e quatro de Agosto, no âmbito do Programa Escolas-Oficinas, concretamente “Curso de Pintura Decorativa” e “Curso de Arte de Trabalhar a Madeira”.

-----Esta revisão tem, como contrapartida, a receita de quarenta e nove mil, setecentos e setenta e oito contos, que a Câmara está autorizada a arrecadar face à homologação da candidatura em apreço, situação esta prevista na alínea c) do número dois do artigo trinta e dois do Decreto-Lei número trezentos e quarenta e um, barra, oitenta e três, de vinte e um de Julho.

-----Visando o cumprimento do número dois do artigo trinta e um do diploma antes citado, deverá o assunto ser presente a reunião do Órgão Executivo e, posteriormente, à Assembleia Municipal, para aprovação.”

-----A Câmara deliberou aprovar os documentos mencionados em título e, nessa sequência remetê-los à Assembleia Municipal, atenta a sua competência nesta matéria.

-----Anotou-se que o original destes documentos de gestão financeira foram devidamente assinados pelos membros presentes e por eles rubricados em todas as suas folhas, sendo depois o exemplar próprio arquivado em pasta anexa ao respectivo Livro de Actas.

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO – PRIMEIRA REVISÃO E PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ORÇAMENTO FINANCEIRO DE DOIS MIL:

-----Ofício número OF, barra, novecentos e trinta e nove, barra, zero zero, barra, RF, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, com data de vinte e quatro de Março de dois mil.

-----Remete os documentos em título, os quais foram submetidos ao Conselho de Administração, em reunião de vinte e três do mesmo mês.

-----Constando do processo Nota Explicativa sobre a necessidade desta Revisão, a Sra. Vereadora Dra. Isabel Pinheiro enumerou os projectos a reforçar e as respectivas contrapartidas, salientando que as alterações ao orçamento financeiro surgem em consequência da transferência de quinhentos contos da Administração Directa para Empreitada na obra: Sistema de Elevação de Esgotos de Fonte Grada e da transferência de vinte mil contos de Aquisição de Imobilizações Corpóreas em curso para Imobilizações Corpóreas – Terrenos e Recursos Naturais.

-----A Câmara deliberou aprovar os documentos mencionados em título e, nessa sequência, remetê-los à Assembleia Municipal, atenta a sua competência nesta matéria.

-----Anotou-se que o original destes documentos de gestão financeira foram devidamente assinados pelos membros presentes e por eles rubricados em todas as suas folhas, sendo depois o exemplar

próprio arquivado em pasta anexa ao respectivo Livro de Actas.-----

----**A partir desta altura passou a participar dos trabalhos da reunião o Sr. Vereador Dr. Jorge Ralha.**-----

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTA DE GERÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS RELATIVOS A MIL NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE:-----

----O Sr. Presidente começou por fazer a apresentação dos documentos em título, dando nota de que, para além das regras a que a elaboração dos mesmos está sujeita, foi feito um esforço no sentido de proporcionar dados comparativos que permitam uma melhor apreciação, indo ao encontro das preocupações manifestadas pela Assembleia Municipal.-----

----O Sr. Vereador Caetano Dinis, fazendo a comparação entre a previsão orçamental e a receita efectivamente cobrada, verificou existir um desvio acentuado.-----

----Particularizou a situação do Sector de Mercados e Feiras, onde foi notório o aumento da actividade, face à receita arrecadada, sem qualquer aumento de taxas, e ainda o facto de não ter sido feito qualquer investimento a nível administrativo, o que se traduz num substancial aumento de trabalho.-----

----Colocou também diversas dúvidas relativamente aos encargos assumidos e não pagos face à verba significativa, tendo o Sr. Presidente prestado esclarecimentos com base em critérios contabilísticos.-----

----Continuando, pediu ainda esclarecimentos relativamente à existência de critérios de atribuição de subsídios, face às entidades enumeradas, tendo o Sr. Vereador Dr. Jorge Ralha dado nota pormenorizada da finalidade de cada um, ao que o Sr. Vereador Caetano Dinis declarou não questionar os objectivos, mas sim a forma.-----

----O Sr. Vereador Ferreira Nunes declarou que, pela análise por si feita aos documentos, conclui que, a nível das despesas, existe uma discrepância entre o orçamentado e o gasto na ordem de um milhão e cem mil contos, contribuindo, para tal, o aumento das despesas correntes, montante este que, para si, representa uma menos valia para o Concelho.-----

----Relativamente às despesas de capital, disse que estas não diferem muitos dos dois últimos orçamentos.-----

----Tendo feito uma análise dos subsídios e transferências para as Juntas de Freguesia, fica-lhe a ideia de que não haverá um tratamento equitativo.-----

----O Sr. Presidente, detalhadamente, rebateu os pontos de vista apresentados pelo Sr. Vereador Ferreira Nunes, admitindo que, no tocante a impostos indirectos, não foram alcançados. Relativamente às taxas de urbanização, salientou a política da Câmara ao ter optado pelo pagamento em espécie, o que também teve reflexos em termos financeiros.-----

----Quanto aos subsídios referiu que a realidade do nosso Concelho é multifacetada, daí reflectir-se

também a nível dos apoios face à dinâmica das zonas. Não deixou de ter presente os reembolsos da Contribuição Autárquica tributada às Colectividades.-----

----O Sr. Vereador Dr. Natal Marques referiu que, tendo em conta orçamentos anteriores, ficou-se a catorze por cento do orçado, logo o desvio não foi tão grande.-----

----Referiu-se em particular às despesas de capital, onde, numa leitura menos atenta, se poderá deduzir haver um desvio, quando na realidade houve aquisição de património.-----

----Da comparação feita entre mil novecentos e noventa e oito e mil novecentos e noventa e nove, ressalta um crescimento das despesas correntes inferior às despesas de capital, reconhecendo que houve algumas limitações destas últimas, por falta de concretização de investimentos que estavam em carteira e por razões de vária ordem não avançaram.-----

----Quanto à referência feita à utilização total da capacidade de endividamento, recordou que, nesta matéria, terá sempre de haver alguma prudência, citando concretamente o acesso ao Terceiro Quadro Comunitário de Apoio. Teve também presente o aumento das despesas com pessoal, por força de legislação nacional, concretamente o caso de reestruturação de carreiras, originando pagamento de retroactivos, mesmo assim, estas correspondem apenas a quarenta e seis por cento das despesas correntes, quando a Lei permite ir até sessenta por cento.-----

----Considera estes dados positivos, pois havendo um inquestionável acréscimo de trabalho por força das novas tarefas, ele é desenvolvido com o mesmo pessoal, donde conclui que a produtividade tem vindo a aumentar.-----

----O Sr. Vereador Caetano Dinis, relativamente à última afirmação, pediu explicações sobre o aumento da produtividade, nomeadamente sobre se a mesma se reflecte na redução de cerca de um milhão de contos que não foram investidos.-----

----O Sr. Vereador Dr. Natal Marques declarou que a questão não pode ser vista tal como foi colocada, reafirmando que a Câmara podia gastar com pessoal até ao limite de sessenta por cento das receitas correntes do ano anterior.-----

----**A partir deste momento o Sr. Vereador Ferreira Nunes pediu autorização para se ausentar dos trabalhos da reunião, por discordar da forma como a análise dos documentos está a ser feita.**-----

----Continuando, o Sr. Vereador Dr. Natal Marques escalpelizou a evolução da dívida local de noventa e oito para noventa e nove, devidamente retratada no Relatório de Actividades, onde é evidente a diminuição da de curto prazo, muito embora, do ponto de vista global, a dívida apurada permaneça.-----

----Estando por definir investimentos ao abrigo do Quadro Comunitário de Apoio, considera que uma gestão cautelosa aponta para “não queimar a capacidade de endividamento”.-----

----O Sr. Vereador Engenheiro João António referiu da necessidade de tentar sempre fazer melhor,

contudo os números são o que são.-----

-----Pegando nas receitas correntes verifica-se um aumento de onze por cento, no entanto se se expurgarem as transferências da Administração Central, e das despesas correntes todos os valores entregues a outros para gerir, conclui-se que as receitas crescem oito por cento e as despesas são de onze por cento. Da equação destas duas percentagens conclui que a produtividade diminui, sendo as receitas correntes praticamente zero.-----

-----Da sua análise deixa o alerta de que, em termos de trabalho gerado pela Câmara, os custos estão a subir em relação às receitas. O valor dado a terceiros apenas subiu um por cento. Os custos estão a crescer mais rapidamente do que as receitas, assim poderá concluir-se que estamos a gastar mais cá dentro.-----

-----Centrando-se nas questões de capital, considera ter havido uma falha, uma vez que os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento apenas investiram entre cinquenta a sessenta por cento do previsto, tendo a Câmara se ficado pelos setenta e três por cento. Para tal não contribui apenas a questão dos concursos, citando os exemplos da Avenida Poente, Paços do Concelho e Cine-Teatro, mas sim a falta de planeamento, pois estes investimentos não dependiam de terceiros.-----

-----Deixou a mensagem de que vale a pena investir no planeamento.-----

-----Contestou o ponto de vista do Dr. Natal Marques sobre a diminuição da dívida, dado que tal significa menor investimento.-----

-----Aludiu aos objectivos referentes aos oito Planos de Pormenor, não tendo nenhum deles se concretizado.-----

-----O Sr. Presidente prestou esclarecimentos do ponto de vista da legislação urbanística, tendo em conta a hierarquia dos Planos e o facto das vicissitudes do Plano de Urbanização da Cidade.-----

-----Referiu-se também aos loteamentos industriais como objectivos que não têm sido implementados, nem sempre por razões apenas da própria Câmara.-----

-----O Sr. Vereador Engenheiro Damas Antunes lembrou a defesa que tem vindo a fazer de Planos Plurianuais como factor importante para um planeamento mais eficaz.-----

-----Continua a constatar um maior esforço na elaboração dos documentos, no entanto ainda falta atingir-se uma maior facilidade em termos práticos de se comparar o programado e o executado.-----

-----Em termos globais nota-se alguma falta de harmonia entre os textos.-----

-----Antes de submeter os documentos a votação, o Sr. Presidente informou ter recebido, via fax, um requerimento subscrito pelo Sr. Vereador Ferreira Nunes, justificando a sua saída a meio da reunião, cujo teor se transcreve:-----

-----“Solicito que, face à minha saída extemporânea da reunião, fique registado na Acta, em nome da defesa da minha honra o seguinte:-----

-----Um – Ausentei-me na sequência de uma intervenção do Vereador Natal Marques que me

chamou de mal educado;-----

----Dois – De facto o que é verdade é que aquele Vereador estava sustentando em relação aos custos de pessoal que eles podiam ascender até seis por cento do volume gasto pela Câmara, o que é absolutamente descabido, uma vez existente o Orçamento com valores claramente atribuídos aos Custos de Pessoal;-----

----Três – Tentando tapar-me o “Sol com a Peneira” entendo que aquela intervenção não é de forma alguma correcta, estando a fazer-me alusões descabidas e a fazer perder tempo à Câmara, ou a tentar “iludir” a Câmara;-----

----Quatro – A minha alusão de que o interventor estava a levar “Sardinhas para Peniche” estava apenas a querer dizer que se tratava de uma questão apenas fora de contexto porque descabida uma vez existindo um orçamento.”-----

----O Sr. Presidente propôs que, muito embora a discussão dos dois documentos tenha sido em conjunto, a sua votação viesse a ser em separado, o que mereceu desde logo concordância.-----

----A Câmara deliberou:-----

----Relatório de Actividades da Câmara Municipal de Torres Vedras, referente ao ano de mil novecentos e noventa e nove:-----

----Primeiro – Aprovar por maioria de cinco votos a favor do Sr. Presidente e dos Srs. Vereadores Dr. Jorge Ralha, Dr. Natal Marques, Vale Paulos e Dra. Isabel Pinheiro e três votos contra dos Srs. Vereadores Engenheiro Pistacchini Calhau, Engenheiro Damas Antunes e Caetano Dinis;-----

----Segundo – Remeter o documento em apreço à Assembleia Municipal para aprovação final e posterior envio ao Tribunal de Contas, em cumprimento de todas as disposições legais aplicáveis.----

----Anotou-se que o Relatório de Actividades do ano de mil novecentos e noventa e nove foi devidamente assinado e rubricado pelos membros presentes, o qual será arquivado em pasta anexa ao Livro de Actas, após aprovação por parte do Órgão Deliberativo.-----

----Conta de Gerência da Câmara Municipal de Torres Vedras, referente ao ano de mil novecentos e noventa e nove:-----

----Primeiro – Aprovar por maioria de cinco votos a favor do Sr. Presidente e dos Srs. Vereadores Dr. Jorge Ralha, Dr. Natal Marques, Vale Paulos e Dra. Isabel Pinheiro e três votos contra dos Srs. Vereadores Engenheiro Pistacchini Calhau, Engenheiro Damas Antunes e Caetano Dinis, a Conta de Gerência do ano de mil novecentos e noventa e nove, resultante da respectiva Execução Orçamental e da Conta de Operações de Tesouraria, os quais acusam os seguintes movimentos:-----

----**Conta de Execução Orçamental:**-----

----Em dinheiro:-----

----Saldo do ano anterior – dois milhões, oitocentos e dezanove mil, setecentos e setenta e quatro escudos.-----

-----Receita cobrada na gerência – cinco mil, seiscentos e trinta e sete milhões, quarenta e três mil, duzentos e cinquenta e sete escudos.-----

-----Despesas efectuadas – cinco mil, seiscentos e trinta e dois milhões, dezoito mil, quinhentos e dezanove escudos.-----

-----Saldo para a gerência seguinte – sete milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e doze escudos.-----

-----Em documentos:-----

-----Saldo da gerência anterior – quatro milhões, duzentos e sete mil, novecentos e quarenta escudos.-----

-----Entradas – oito milhões, oitocentos e sete mil, duzentos e sessenta escudos.-----

-----Saídas – oito milhões, oitocentos e trinta e oito mil, duzentos e sessenta e cinco escudos.-----

-----Anulações – trezentos e quarenta mil, trezentos e vinte e cinco escudos.-----

-----Saldo para a gerência seguinte – três milhões, oitocentos e trinta e seis mil, seiscentos e dez escudos.-----

-----**Conta de Operações de Tesouraria:**-----

-----Em dinheiro:-----

-----Saldo da gerência anterior – sete milhões, oitocentos e um mil, seiscentos e cinquenta e quatro escudos.-----

-----Entradas de fundos – duzentos e noventa milhões, setecentos e trinta mil, cento e noventa e quatro escudos.-----

-----Saídas de fundos – duzentos e oitenta e seis milhões, novecentos e noventa e um mil, quatrocentos e noventa e cinco escudos.-----

-----Saldo para a gerência seguintes – onze milhões, quinhentos e quarenta mil, trezentos e cinquenta e três.-----

-----Em documentos:-----

-----Saldo da gerência anterior – cento e dez escudos.-----

-----Entradas – não se registaram.-----

-----Saídas – não se registaram.-----

-----Anulações – não se registaram.-----

-----Saldo para a gerência seguinte – cento e dez escudos.-----

-----Foi ainda deliberado considerar o Tesoureiro desta Câmara quite de responsabilidade com a Autarquia, relativamente à gerência do ano de mil novecentos e noventa e nove.-----

-----Anotou-se que o original deste documento de gestão financeira foi devidamente assinado pelos membros presentes e por eles rubricados em todas as suas folhas, sendo depois, o exemplar próprio, arquivado em pasta anexa ao respectivo Livro de Actas.-----

----Mais foi resolvido dar o tratamento devido a este documento, conforme previsto na legislação em vigor, nomeadamente a submissão à Assembleia Municipal e remessa ao Tribunal de Contas, na estrita observância das suas normas e instruções.-----

SERVICOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO – RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E DOCUMENTOS FINAIS E OBRIGATÓRIOS – MIL NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE – DECRETO-LEI NÚMERO DUZENTOS E VINTE E SEIS, BARRA, NOVENTA E TRÊS, DE VINTE E DOIS DE JUNHO – CONTAS:-----

----Ofício dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, OF, barra, novecentos e quarenta e quatro, barra, zero zero, barra, RAP, de vinte e quatro de Março de dois mil.-----

----Remete, para efeitos do disposto na alínea e) do número dois do artigo sessenta e quatro, da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, o Relatório de Actividades acompanhado dos Documentos Finais Obrigatórios, de acordo com o artigo doze do Decreto-Lei número duzentos e vinte e seis, barra, noventa e três, de vinte e dois de Junho e Contas dos Serviços Municipalizados, organizados de acordo com as Instruções números um, barra, noventa e três, de vinte e um de Janeiro e um, barra, noventa e quatro, de nove de Janeiro do Tribunal de Contas.-----

----O Sr. Vereador Engenheiro Damas Antunes declarou, desde logo, que se iria abster na votação, por não lhe ter sido possível analisar os documentos com detalhe, devido à entrega tardia dos mesmos.-----

----O Sr. Vereador Engenheiro João António declarou que iria votar favoravelmente, muito embora não concorde com o Relatório de Gestão que, na sua opinião não está correcto.-----

----A Câmara, tudo visto, deliberou:-----

----Primeiro – Aprovar, por maioria de sete votos a favor e a abstenção do Sr. Vereador Engenheiro Damas Antunes, o documento final referente ao ano de mil novecentos e noventa e nove, previsto no número um do artigo décimo segundo, Decreto-Lei número duzentos e vinte e seis, barra, noventa e três, de vinte e dois de Junho, e, bem assim, as Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, elaboradas ao abrigo da Resolução número um, barra, noventa e três, do Tribunal de Contas, de vinte e um de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Resolução número um, barra, noventa e quatro, de vinte e quatro de Janeiro, também do Tribunal de Contas.-----

----Anota-se que a caixa apresenta os valores que se passam a transcrever:-----

----Saldo anterior – trezentos e quatro milhões, oitocentos e quarenta e oito mil, cento e sete escudos e cinquenta centavos.-----

----Receita cobrada – dois mil, cento e cinquenta milhões, quinhentos e sessenta e dois mil, oitocentos e quarenta escudos e cinquenta centavos.-----

----Despesa efectuada – dois mil, cento e setenta milhões, duzentos e setenta e três mil, seiscentos e

oitenta escudos.-----

-----Saldo para a gerência seguinte – duzentos e oitenta e cinco milhões, cento e trinta e sete mil, duzentos e sessenta e oito escudos.-----

-----Anotou-se ainda que o original deste documento foi devidamente assinado pelos membros presentes e rubricado pelo Dr. Jacinto António Franco Leandro, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras e do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, em todas as suas folhas, sendo depois arquivado em pasta anexa ao Livro de Actas.-----

-----Por último foi ainda deliberado dar o tratamento devido a este documento, conforme previsto na legislação em vigor, nomeadamente a submissão à Assembleia Municipal e remessa ao Tribunal de Contas, na estrita observância das suas normas e instruções.-----

CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE ANÓNIMA ADJUDICATÁRIA DA CONCESSÃO DO SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO DO OESTE:-----

-----O Sr. Presidente reportou-se aos documentos que, atempadamente, fez distribuir por todos os membros da Câmara, em que estão devidamente explicitados os objectivos da futura sociedade.-----

-----De seguida deu a palavra ao Dr. Paulo Campos, Administrador do IPE – Águas de Portugal, que começou por fazer a apresentação do futuro projecto, dando nota dos sistemas multimunicipais já implantados a nível do País.-----

-----Salientou a nova filosofia que irá presidir ao Terceiro Quadro Comunitário de Apoio, como seja o facto de serem apenas aceites candidaturas plurimunicipais.-----

-----Referiu que, inicialmente, o projecto teve como objecto o saneamento da Lagoa de Óbidos, tendo-se posteriormente entendido que não se deveria perder esta oportunidade para envolver os catorze municípios da Associação de Municípios do Oeste, de modo a encontrar-se uma solução global para a água.-----

-----O Sr. Vereador Caetano Dinis colocou algumas reservas sobre as eventuais vantagens da adesão a esta Sociedade, partindo do pressuposto de que o nosso Município, em termos de abastecimento de água, está praticamente coberto a cem por cento, tendo a sua rede e máquina devidamente montadas.-----

-----Por outro lado não deixou de ter presente a política / opção dos diversos Executivos que tudo apostaram na água.-----

-----Reconheceu que a situação do saneamento é bem diversa.-----

-----O representante do IPE expendeu diversa argumentação, no sentido de que o Município só terá a ganhar com a adesão, quer em termos da concepção de infraestruturas a nível global, com especial relevância para a recolha e tratamento de efluentes, quer quanto à uniformização das tarifas.-----

-----Interveio a Sra. Vereadora Dra. Isabel Pinheiro, pretendendo ser esclarecida sobre se nesta fase a

adesão seria apenas de princípio, tendo-lhe sido esclarecido que nesta fase se trata apenas de manifestação da vontade política.-----

----Colocou também diversas questões que se prendem com os “timings” de um eventual desenvolvimento deste processo.-----

----O Sr. Vereador Dr. Natal Marques declarou que o futuro estará neste sistema multimunicipal, pese embora, ter de se equacionar questões pontuais relacionadas com uma correcta gestão municipal, atentos os investimentos efectuados.-----

----No caso de uma eventual adesão, colocou diversas questões de ordem técnica quanto à valorização patrimonial dos nossos equipamentos.-----

----Não deixou de ter presente o actual contrato com a Empresa Portuguesa das Águas Livres e os cuidados que se deverão ter para não se vir a cair em situações de contratos leoninos.-----

----Ainda relacionado com as tarifas, colocou a questão da competência sobre a sua fixação.-----

----Pelo Sr. Vereador Caetano Dinis foi também suscitada a questão das concessões já feitas, nomeadamente a da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Santa Cruz, e os aspectos jurídicos em termos da possibilidade da transferência de responsabilidades.-----

----O Sr. Vereador Engenheiro João António entendeu que a discussão deste assunto deveria ser dividida entre a água e o saneamento. Com efeito a água já é distribuída em alta pela Empresa Portuguesa das Águas Livres e em baixa pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, parecendo-lhe não fazer sentido a criação de uma empresa que irá produzir e distribuir em alta ou terá que a comprar à Empresa Portuguesa das Águas Livres.-----

----Lembrou as vicissitudes da relação contratual com a Empresa Portuguesa das Águas Livres que não tem corrido bem e o peso da IPE nesta empresa.-----

----Recordou o plano de investimentos para a água já definido, não enjeitando o facto de no saneamento faltarem ainda avultados investimentos.-----

----Considerou prudente que se viesse a aderir, tendo por base o compromisso de execução dos equipamentos relacionados com o saneamento e que estão em falta.-----

----O representante do IPE, mais uma vez, defendeu a criação de empresas regionais, afirmando que o IPE tem uma lógica integrada, o que não acontece, neste momento, com a Empresa Portuguesa das Águas Livres que trata apenas a valência da água, não sendo crível que venha a ter esgotos. Disse ser inevitável fugir à opção de compra de parte da água à Empresa Portuguesa das Águas Livres, face à inexistência de origens no território dos catorze Municípios, não enjeitando, contudo, o recurso a captações próprias dos mesmos.-----

----Sobre esta última questão, o Sr. Vereador Engenheiro João António, face ao desconhecimento dessas fontes, considerou prematuro pedir à Câmara para aderir a algo que não está ainda bem definido.-----

-----Recordou que temos uns Serviços Municipalizados de Água e Saneamento com duzentos e cinquenta funcionários e abastecimento de todo o Concelho, não se podendo correr riscos de entrar numa aventura quando existe na realidade uma estrutura montada.-----

-----Colocou ainda diversas questões relacionadas com as infraestruturas em alta na perspectiva da Empresa Portuguesa das Águas Livres as vir a ceder.-----

-----Aludindo às três Estações de Tratamento de Águas Residuais em falta no Município, perguntou quem vai planear estes equipamentos, e como serão definidas as prioridades em relação aos restantes Municípios.-----

-----O Sr. Presidente considera que não há nenhuma hipótese de não se aderir ao sistema, face às regras de apresentação de candidatura ao Fundo de Coesão, contudo comunga de todas as preocupações já manifestadas, tendo já demonstrado aos representantes do IPE algum cepticismo.----

-----O saneamento é também a valência que mais interessa ao nosso Município, havendo já estudos que apontam para o valor da tarifa.-----

-----Lembrou que, em termos legais, estamos vinculados à Empresa Portuguesa das Águas Livres por um contrato que na sua essência é de exclusividade.-----

Recordou que nós temos todos os projectos preparados para servir o Concelho, elaborados com base no FEDER Municipal. Não deixou de informar que o sistema agora proposto e em discussão foi pensado para resolver o problema de saneamento da Tornada e da Lagoa de Óbidos, tendo ele próprio manifestado a sua oposição, pois os Municípios a Sul que se debatem com grandes problemas nesta área não poderiam ficar de fora da candidatura ao Fundo de Coesão.-----

-----A Sra. Vereadora Dra. Isabel Pinheiro colocou diversas questões ao representante do IPE, nomeadamente quanto à existência de outros estudos para além dos dois já mencionados.-----

-----Mostrou alguma preocupação sobre o futuro, dado que o nosso Município tem concursos a decorrer para projectos que fazem parte de um conjunto de candidaturas a apresentar ao Terceiro Quadro Comunitário de Apoio.-----

-----O Sr. Presidente chamou a atenção para o facto de essas obras fazerem parte apenas de intenções de candidaturas, pois era já sabido que o acesso ao Fundo de Coesão não poderia ser feito isoladamente pelos Municípios.-----

-----A Sra. Vereadora Dra. Isabel Pinheiro mostrou o seu receio de que a futura empresa chegue a conclusões diferentes das que já estão tomadas em termos de estratégia de localização e dimensionamento das Estações de Tratamento de Águas Residuais, tendo o representante do IPE afirmado que tal pode vir a acontecer por diversas razões.-----

-----O Sr. Vereador Vale Paulos declarou que também este processo lhe suscita dúvidas, mas, por outro lado, entende que ao não se entrar nele poderemos, no futuro, vir a ser fortemente penalizados.-----

-----Realçou a alusão feita à possibilidade de despoluição dos rios como um factor muito positivo que deve ser equacionado.-----

-----O Sr. Vereador Engenheiro Damas Antunes disse comungar dos “medos” aqui aflorados, salientando três aspectos da nossa realidade, como sendo – a água resolvida, possibilidade de solução para o saneamento a quatro ou cinco anos, por nós ou por via da concessão, e o facto de os Concelhos a Norte do Oeste terem ainda fortes carências nestes domínios, daí o seu interesse.-----

-----Aludiu à percentagem de participação do IPE – cinquenta e um por cento – e os riscos face à minoria da outra parte. Daí considerar preferível não se aderir desde já.-----

-----A Sra. Vereadora Dra. Isabel Pinheiro, pese embora tudo o que foi referido e as preocupações já manifestadas, considerou que, de uma leitura mais atenta aos textos apresentados, estando nós dentro da área envolvida e sendo utilizadores, não temos alternativa.-----

-----O Sr. Presidente informou que amanhã terá lugar no Auditório do Gabinete de Apoio Técnico uma reunião de trabalho com todos os Municípios da Associação de Municípios do Oeste e os representantes do IPE para analisar este dossier nas suas várias vertentes.-----

-----A Câmara deliberou relegar a análise e discussão deste assunto para uma próxima reunião.-----

PROJECTO DE REGIMENTO DE FUNCIONAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS:-----

-----O Sr. Presidente solicitou a todos os membros do Executivo que façam chegar ao Sr. Director de Departamento Municipal de Administração Geral e Finanças as alterações que entendam pertinentes ao projecto de regimento apresentado.-----

-----A Câmara deliberou relegar a análise do processo em título para uma próxima reunião.-----

DELIBERAÇÕES:-----

-----Todas as deliberações tomadas nesta reunião foram aprovadas por unanimidade, excepto as que respeitam a “Relatório de Actividades e Conta de Gerência da Câmara Municipal de Torres Vedras Relativos a Mil Novecentos e Noventa e Nove”, que foi aprovada por maioria com três votos contra e “Serviços Municipalizados de Água e Saneamento – Relatório de Actividades e Documentos Finais e Obrigatórios – Mil Novecentos e Noventa e Nove – Decreto-Lei Número Duzentos e Vinte e Seis, barra, Noventa e Três, de Vinte e Dois de Junho – Contas”, que foi aprovada por maioria com uma abstenção. Relativamente aos assuntos tratados fora da ordem do dia e objecto de deliberação, a Câmara, para efeitos do disposto no artigo décimo nono do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei número quatrocentos e quarenta e dois, barra, noventa e um de quinze de Novembro, reconheceu a urgência de deliberação imediata sobre esses mesmos assuntos.-----

APROVAÇÃO EM MINUTA DAS DELIBERAÇÕES INTEGRANTES DESTA ACTA A FIM DE PRODUZIREM EFEITOS IMEDIATOS:-----

-----Todas as deliberações integrantes da presente acta foram aprovadas em minuta.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Às vinte horas e vinte minutos e como não houvesse mais nada a tratar foi encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente da Câmara e pelo Sr. Director de Departamento Municipal de Administração Geral e Finanças, Dr. Acácio Manuel Carvalhal Cunha, ao abrigo do Despacho número mil, seiscientos e sessenta e três, de três de Fevereiro de dois mil.-----
